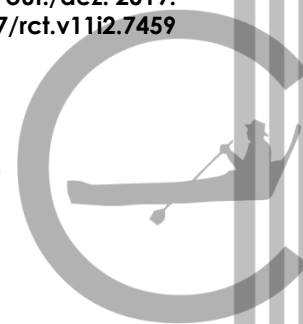


ENTREVISTA DO DOSSIÊ COM A HISTORIADORA JULIANA BARRETO FARIAS¹



Você fez uma trajetória diversificada, no sentido de ter estudado nas principais instituições de formação de historiadores no Brasil, com estágio de pós-doutorado em Portugal. Como a história surgiu na sua vida, como tema de interesse, e opção profissional?

Devo começar dizendo que minha primeira opção quando fiz o vestibular e ingressei na UERJ em 1996 não foi a História. Sempre soube que faria alguma disciplina na área de Humanas, porque gostava de ler e escrever, mas talvez influenciada pelo clima do meu colégio tenha escolhido o Jornalismo. Era uma escola da elite niteroiense e, diga-se, muito racista. Então, a maior parte dos alunos escolhia as carreiras ditas tradicionais: Direito, Engenharia, Medicina. Escolher Comunicação Social ali era ser “alternativo”. Em casa, meus pais – que vinham de famílias pobres no Nordeste e tinham ascendido socialmente ao serem aprovados ainda jovens como funcionários públicos – nunca fizeram objeções a minhas escolhas. Sem levantarem qualquer discussão sobre racismo, experiências negras ou história africana (meus futuros temas de pesquisa), muitas vezes, pelo contrário, não deixaram por isso de incentivar – de todas as formas que podiam – meus estudos e os de meus irmãos. Assim, quando fiz vestibular, fui aprovada no curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, na UERJ. Mas lembro que já havia sido “fisgada” pela História desde o pré-vestibular, com as aulas do professor Arthur, de História do Brasil. Petista fervoroso em 1995, me fez comprar a “Era dos Extremos” do Hobsbawm em plena época de simulado. Eu não marquei a opção História para o vestibular, mas tinha certeza que faria o curso. E no ano seguinte, depois que já tinha me tornado universitária, fiz novamente o vestibular. Aprovada, comecei o primeiro semestre do curso de História na UFF em 1997, e logo de cara tive aulas de Ciro Flamarion Cardoso e Vírginia Fontes. Como era possível naquela época cursar as duas faculdades, continuei fazendo os dois

¹ Entrevista foi realizada e organizada pelas organizadoras do dossiê Cláudia Maria de Farias e Fernanda Oliveira da Silva e pelo organizador do dossiê Júlio Claudio da Silva.



cursos. E assim segui até 2001. No meio do turno, ainda fazia estágios ou participava de projetos de iniciação científica. Cheguei à situação de estar formada em Jornalismo, finalizando a graduação em História na UFF e cursando o mestrado em História Comparada na UFRJ. Tudo ao mesmo tempo. Ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional, acabei optando pela História, mas pude, felizmente, conciliar essa opção com algumas atividades mais ligadas ao jornalismo, que foram fundamentais não só para a vida acadêmica, como para minha própria militância como mulher negra. Além de ter me especializado na edição de textos (atividade que, vez ou outra, ainda exerço), pude trabalhar por mais de cinco em revistas de divulgação de História, como a pioneira Nossa História da Biblioteca Nacional. Nesse percurso, destaco um trabalho que fiz durante longo período e que me marcou muito. Junto ao professor e editor da revista Luciano Figueiredo, criamos ali uma seção, espécie de coluna mensal, em que eu abordava diferentes histórias sobre um determinado museu, uma casa de cultura, uma cidade ou um evento dito “histórico” em qualquer cidade do Brasil. Assim, durante dois anos, visitava sozinha, a cada três semanas, uma cidade diferente. Percorrendo quase todo o país, conheci desde o Museu Afro Brasil, em São Paulo, até as caixeiros do Divino, em Alcântara, no Maranhão, ou os moradores de Palmeiras dos Índios, em Alagoas, que participaram das filmagens do filme *Vidas Secas*, na década de 1960. Sem que tivesse a bagagem teórica sobre as interconexões de raça, classe e gênero que hoje tenho, essas experiências ainda hoje continuam a reverberar em minhas reflexões e também nos experimentos atuais de escrituras. Paralelamente a essas atividades, também segui procurando investir na minha formação acadêmica. Mas, se lá na década de 1990 a opção pela História parecia um plano mais bem definido, os cursos e instituições que fui escolhendo ao longo do caminho não seguiram nenhum pré-projeto, estando mais imbricados nas decisões da minha própria vida, contingentes, afetivas, maternas, espirituais. Se bem pouco foi minimamente planejado, tudo acabou sendo essencial para uma formação diversa, fundamentalmente enquanto professora e pesquisadora na área de História.

Como foi seu contato com a história da escravidão?

Se a História não foi o primeiro curso que iniciei na universidade, a escravidão também não foi o tema das minhas primeiras pesquisas. Quando estava no segundo semestre do curso de História da UFF, em 1997, fui selecionada para a monitoria da disciplina História



da América, com orientação da professora Mariza Soares. E nesse primeiro momento, um trabalho que começou como uma das atividades da monitoria rendeu uma longa pesquisa e uma monografia sobre o cinema brasileiro (especificamente, o filme *Como era gostoso meu francês*, de Nelson Pereira dos Santos) e os índios tupinambás. Enquanto ainda fazia a pesquisa no acervo da Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio, a Mariza me convidou para participar de um outro projeto. Do cinema e da história indígena, fui então estudar os africanos e africanas minas no Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX. Foram três anos de iniciação científica, com pesquisas sobre comércio entre Rio e Bahia, escravidão, identidade étnica, religiosidades. Daí em diante, eles se tornaram meus temas de pesquisa por mais de vinte anos. E a Mariza, de orientadora, tornou-se amiga, com quem continuo fazendo diversos trabalhos.

Conte-nos um pouco sobre sua experiência no Senegal como professora visitante na Universidade Gaston Berger...

Estive pela primeira vez no Senegal em 2017, para participar de um colóquio sobre representações de africanos e descendentes de africanos nos livros didáticos, na Universidade Gaston Berger, na cidade de Saint-Louis, que fica a cerca de 5 horas da capital Dakar. Foi minha primeira viagem ao continente africano e esses dez dias no Senegal foram como um caso de amor à primeira vista. Professora na UNILAB desde 2015, com muitas alunas e alunas de países africanos de língua oficial portuguesa, especialmente Guiné-Bissau e Cabo Verde, vinha orientando pesquisas e redirecionando meu próprio olhar para as mulheres negociantes de outras regiões da África, retomando assim algumas discussões que já havia desenvolvido na tese de doutorado. Naquela primeira viagem ao Senegal, embora ainda sem desenvolver qualquer análise mais sistemática, as muitas vendedoras pelas ruas de Dakar e Saint-Louis e as histórias que vinha ouvindo de meus alunos e dos próprios senegaleses sobre os trânsitos comerciais entre regiões da Guiné-Bissau, Senegal e Gâmbia foram me instigando para novas investigações. Uma viagem a Lisboa alguns meses depois só precipitou as coisas. Decidida inicialmente a fazer uma pesquisa mais detalhada sobre as negociantes que, atualmente, fazem o comércio entre a Guiné-Bissau e a região de Casamance, no Senegal, o que exigiria a realização de trabalhos de campo, acabei por construir um projeto comparativo, mais voltado para os séculos XVIII e XIX. A ideia era articular as relações entre gênero, escravidão e liberdade, a partir das trajetórias de mulheres reconhecidas como grandes negociantes no Senegal e na Guiné-Bissau, onde eram chamadas,



respectivamente, de *signares* e *nharas*, termos derivados da palavra portuguesa senhora. Em março de 2018, iniciei o pós-doutorado em História da África na Universidade de Lisboa, e no mês seguinte viajei para o Senegal, e aí as pesquisas mudaram mais uma vez de rumos. Passei cerca de dois meses entre Dakar, Saint-Louis e Gorée, realizando pesquisas em arquivos históricos e também algumas entrevistas e trabalhos de campo, e participei de atividades na Universidade Gaston-Berger, em Saint-Louis, onde estive por cerca de um mês. O volume de fontes com que me deparei foi tão grande, incluindo muitos registros em que era possível *ouvir* a voz de escravizadas e escravizados, que elas e eles foram tomando o centro da pesquisa, que acabou, no final das contas, concentrada no Senegal. Foi um ano muito intenso, em que atravessei o Atlântico mais de seis vezes, em viagens de pesquisa para Senegal, Cabo Verde, França e Portugal. Infelizmente, com o atual processo de desmonte das agências de pesquisa pelo governo brasileiro e o desprestígio cada vez maior que os trabalhos acadêmicos têm adquirido entre uma parte de nossa sociedade, experiências como essa – em que pude contar com uma bolsa do CNPq – ficam cada vez mais inviabilizadas. E elas são imprescindíveis porque, além de conectar os dois lados do Atlântico, quase sempre extrapolam os planos individuais, construindo contatos e redes acadêmicas mais amplos. Só para citar um exemplo: acabei de coordenar aqui em Salvador, junto com professores brasileiros, africanos e europeus, a segunda edição daquele colóquio que aconteceu em Saint-Louis em 2017. E ainda devo dizer que minha história com o Senegal prossegue. Após a finalização do pós-doutorado, fui convidada para integrar a equipe de pesquisadores do projeto Slafnet, Escravatura em África: um diálogo entre Europa e África, que promove o intercâmbio entre pesquisadores de universidades europeias e africanas e conta com recursos da União Europeia. Estou ligada ao Centro de História da Universidade de Lisboa e à Universidade Cheikh Anta Diop, em Dakar, e em setembro, fiquei mais um mês no Senegal. No início do próximo ano, farei nova viagem para lá, com um projeto de ir até a Gâmbia e a Guiné-Bissau. E já iniciando uma nova pesquisa junto com a professora Maria Aparecida Lopes, da UFSB, que também está fazendo pós-doutorado no Senegal. Nessa última viagem tive mais contato com os trabalhos da pesquisadora brasileira negra Nize Izabel de Moraes, pioneira nos estudos sobre a história da Senegâmbia no século XVII. Ela defendeu sua tese doutorado em 1976, na Sorbonne, em Paris, e ainda na década de 1970, foi para Dakar, onde permaneceu até falecer no início dos anos 2000. Apesar de seu pioneirismo e da importância do seu trabalho para a historiografia senegalesa, ela é praticamente desconhecida no Brasil, para além dos pouquíssimos pesquisadores que estudam a região ou temas próximos. Ficamos tão



fascinadas com sua história, e intrigadas com todo o silêncio aqui sobre essa intelectual negra pioneira, que decidimos pesquisar mais detalhadamente sua trajetória, e é o que já começamos a fazer.

Qual é o lugar do estudo sobre a história das mulheres negras no Brasil?

Se partirmos especificamente da historiografia brasileira, podemos dizer que os estudos sobre mulheres negras estavam, de início, inseridos, e muitas vezes diluídos, nos estudos sobre escravidão e pós-abolição ou no que chamamos mais genericamente de história das mulheres. Nesse sentido, podemos destacar diversas autoras – e autores – pioneiros que vêm, desde pelo menos a década de 1980, abordando a experiência de mulheres negras, fossem escravizadas, libertas ou livres. Só entre as historiadoras, podemos falar, entre outros, dos trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias, Sonia Giacconi, Rachel Soihet, Martha Abreu, Cecília Moreira, Joana Pedro, Selma Pantoja, Magali Engel. Em 2012, quando eu, Giovana Xavier e Flávio Gomes organizamos o livro *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, convidamos pesquisadoras e pesquisadores (muitos dos quais negras e negros) que, embora especialistas, não necessariamente tinham trabalhos específicos sobre mulheres negras, mas acabaram fazendo esses recortes em suas pesquisas e análises mais amplas. Também é importante destacar, pensando ainda em boa parte desses trabalhos pioneiros, que – ainda que a classe estivesse em muitas das abordagens –, sobretudo em função da influência da obra de Edward Thompson, gênero e raça nem sempre apareciam como categorias de análise, especialmente nos estudos mais voltados para a escravidão. Alguns, é certo, já procuravam interconectá-las, antes mesmo do termo interseccionalidade entrar na moda. Nesse processo, também é preciso enfatizar a força dos movimentos sociais, da militância e do próprio ativismo negro como fundamentais para as redefinições dos objetos, métodos e das agendas de pesquisa da historiografia brasileira, sobretudo quando falamos em tempos mais recentes. Se com a redemocratização e a reorganização dos movimentos negro e feministas, em especial a partir da década de 1980, há uma reordenação dos estudos sobre escravidão, pós-abolição e as experiências de mulheres em diferentes contextos, nos últimos anos, agora sob influência do feminismo negro e dos movimentos LGBTQI+, novos estudos e categorias ganham corpo.

Por fim, considero importante ressaltar uma ação essencial, que inclusive vem aproximando os estudos sobre gênero e mulheres negras na diáspora e no continente



africano. Nos últimos anos, devemos ao ativismo de muitas mulheres negras a tradução de obras fundamentais para as discussões sobre gênero, raça e classe. Para além das editoras maiores, como a Boitempo, que vem publicando a obra de Ângela Davis, temos o trabalho das pequenas casas e de coletivos feministas. A exemplo da editora Elefante, que já publicou o terceiro livro da bell hooks. Nesse processo, autoras negras, não apenas norte-americanas, estão sendo cada vez mais conhecidas aqui. Ainda assim, o acesso às escritas africanas permanece restrito. Talvez a mais conhecida seja a socióloga e feminista nigeriana Oyèronké Oyewùmí, autora do livro *La invencion de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*, ainda sem tradução para o português. Felizmente, alguns de seus artigos já vêm sendo publicados em coletâneas no Brasil, e entre suas principais discussões está o questionamento de categorias ocidentais tidas como “universais”, como gênero e mesmo mulher, que inexisteriam em terras iorubás (foco dos seus estudos) antes da colonização. Menos conhecidas aqui, as estudiosas senegalesas, como Fatou Sow Sarr, Fatou Sow, Penda Mbow ou Codou Bop, sem necessariamente negar essas categorias, também propõem como fundamental avaliar o papel do colonialismo e do islã, por exemplo, na construção do gênero e das mulheres. Nesse sentido então, seguindo alguns desses trabalhos e também como venho constatando a partir da minha própria pesquisa, gênero e – em alguma medida – também raça devem ter sua “real aplicabilidade” questionada como conceitos universalmente usados para definir realidades históricas e socioculturais tão distintas. Como é o caso do modelo patriarcal predominante, de família nuclear, a partir do qual as questões de gênero nos contextos africanos têm sido pensadas. Em que medida se pode aplicar às sociedades da Senegâmbia uma noção de “unidade unifamiliar centrada na esposa subordinada, no marido patriarca e nos filhos”, sem categorias transversais de análise ou lugares para outros adultos?

Pode nos relatar um pouco sobre a escrita feminina negra da história e/ou escrita da história de mulheres negras no Senegal e a forma como se deu o teu contato com a mesma?

Para falar sobre essas questões, queria começar relatando um episódio que vivi recentemente. Em setembro de 2019, fiz uma apresentação no departamento de História da Universidade Cheikh Anta Diop, em Dakar. Das cerca de 25 pessoas presentes, sobretudo historiadores da velha geração e estudantes de pós-graduação, apenas 3 eram mulheres. Ao ver uma das fotos daquele dia, uma colega perguntou: como foi falar para



uma plateia quase toda masculina? Acho que isso dá um pouco a medida de como tem sido minha inserção nesse universo acadêmico. Não que inexistam grandes historiadoras e pesquisadoras, como já pude destacar, mas a academia ainda é um universo muito masculino, em que as grandes especialistas mulheres não têm a mesma visibilidade. E isso, é claro, reflete as relações de gênero da própria sociedade senegalesa. Mas, nesse ano e meio que tenho me dedicado às pesquisas, venho descobrindo muitas autoras, intelectuais, professoras, que também se destacam por seu ativismo, e entendendo um pouco melhor esse universo em que a religião muçulmana – adotada por mais de 90% da população do país – tem um papel muito determinante. Talvez, não por acaso, quando comecei ainda aqui no Brasil as investigações sobre as *signares* do Senegal, fui constatando que praticamente todos os primeiros registros e estudos de mais fôlego sobre essas mulheres foram feitos por homens, em geral brancos europeus ou norte-americanos. Nos séculos XVIII e XIX, e mesmo em períodos anteriores, temos muitas narrativas permeadas por ideias preconcebidas, eurocêntricas, sobre sociedades africanas, corpos femininos, noções de “feminilidade” ou “honra masculina”. E mesmo em algumas análises acadêmicas posteriores, incluindo aquelas que continuam como referências na temática, é possível perceber uma ênfase nas relações conjugais que essas mulheres senegalesas estabeleceram com estrangeiros (brancos e europeus), vistas como decisivas (muitas vezes é o único assunto!) em suas trajetórias. Em tempos mais recentes, há uma mudança de perspectiva, sobretudo nos trabalhos feitos por historiadoras, a exemplo da senegalesa Aissata Kane, que tomam como ponto de partida a própria agência dessas mulheres, revelando um cenário mais matizado envolvendo esses contatos, com grande liderança e autonomia femininas. Por outro lado, ao se falar de uma escrita feita por e sobre mulheres no Senegal, também é fundamental destacar o papel das romancistas. Nos anos 1970, com as mudanças sociais que chegaram com as independências dos países africanos, as mulheres foram sobressaindo na literatura, questionando, com sua escrita, a dominação, a opressão, a violência doméstica. Tirando o véu de silêncio que pairava sobre alguns temas, começaram a falar sobre poligamia, casamento precoce, igualdade de gênero. No Senegal, podemos citar, por exemplo, Mariama Bâ, que publicou, em 1980, seu romance epistolar *Une si longue lettre*, abordando a poligamia, com grande impacto no mundo feminino e intelectual do país, já que esse era (e ainda é) um tema que se quer silenciar. Daí em diante, outras autoras também se destacariam, como Aminata Sow Fall, com seus livros *La grève de battus* (1986) e *Le jujubier du patriarce* (1993), que também denunciavam os males do patriarcalismo. Ou Fatou Diome, que atualmente vive na



França e acaba de ter seu romance *O ventre do Atlântico* publicado aqui no Brasil, onde fala sobre a juventude senegalesa que sonha em partir para a Europa e as dificuldades da vida de imigrante. Ainda é preciso lembrar do trabalho de intelectuais feministas e sociólogas, que vêm há algum tempo se dedicando a essas temáticas, também com uma atuação mais ativa e militante no Senegal e em outros países africanos. No ano passado, tive a oportunidade de entrevistar a socióloga e professora da Universidade Cheikh Anta Diop, Fatou Sow Sarr, especialista nos estudos sobre resistências femininas na África, na história das mulheres e das relações de gênero no Senegal. Mas vejam só: embora o Institut Fondamental d'Áfrique Noir – Cheik Anta Diop, mais conhecido pela sigla IFAN, seja, desde os anos 1960, um dos principais centros de investigações sobre o continente africano, apenas em 2004, graças à persistência da Fatou, foi criado o Laboratoire Genre et Recherche Scientifique (Laboratório Gênero e Pesquisa Científica) da instituição.

É possível pensar as desigualdades de gênero, inclusive o feminicídio no Brasil atual, como decorrência das vivências das mulheres no passado escravista?

A forma como os corpos das mulheres negras eram vistos e tratados durante o passado escravista é uma das situações que mais impactaram e continuando impactando as desigualdades de gênero e nossa vida de uma maneira geral, até os dias de hoje. A escravidão funcionava como uma espécie de alicerce para a construção de poder mais amplamente baseada no gênero. Dessa forma, o sexo do senhor e do próprio escravo eram determinantes nas relações desiguais que iam se constituindo. Ao mesmo tempo em que os proprietários não viam nenhum impedimento em controlar o corpo e estuprar suas escravas, os homens escravizados tinham sistematicamente negado o direito de exercer autoridade sobre seus filhos. Nesse processo, os corpos das mulheres negras eram associados à permissividade sexual, à erotização e à estigmatização. Quando fiz minhas pesquisas em torno dos processos de divórcio que envolviam africanas e africanos minas, pude constatar que o próprio direito canônico reiterava as desigualdades de gênero, reafirmando uma suposta “inferioridade feminina” e a violência contra seus corpos. Essas ações que, até no final do século XIX, eram abertas nos tribunais eclesiásticos da Igreja da Católica, só eram aceitas em duas situações: adultério e sevícias. Se formos procurar no dicionário os significados do termo seviciar, vemos que era o mesmo que maltratar, torturar. Mas, na legislação canônica, só era considerado culpado o marido que fizesse “sevícias graves ou culpáveis” que pudessem levar o cônjuge a correr perigo de vida ou



ser acometido de uma “moléstia grave”. Ou seja, como era dito textualmente, os homens – os principais réus em processos desse tipo – só eram condenados e, portanto, autorizados a se afastarem de suas mulheres, se as violentassem de tal modo que elas pudessem falecer ou chegar próximo disso. Ao longo dos processos, há descrições de violências sexuais e físicas de todo tipo, tidas como “normais”, “corretivas”. Pode-se alegar que essa permissão se estendia também a mulheres brancas ou de outras condições sociais. E de fato, é possível observar isso nos processos em que elas estavam envolvidas. Mas, novamente, a intersecção das categorias nos permite ir além. Além do “direito” que seu parceiro pudesse usar como justificativa para violentá-la quando achasse que ela não estava cumprindo com os “deveres de uma mulher casada” (era também assim que se mencionava nos processos), as mulheres negras, e especialmente as escravizadas, com seus corpos racialmente sexualizados, também podiam, “por direito”, serem seviciadas por seus senhores ou outros homens. E ainda hoje, as mulheres negras não permanecem tendo seus corpos objetificados e sexualizados? Passíveis de serem violados? Não é à toa, portanto, que também continuam sendo os mais violentados e eliminados.

Na sua avaliação, quais dos seus trabalhos provocaram mais impacto no campo da história e por que os produziu?

Difícil fazer esse tipo de avaliação do meu próprio trabalho, mas vou tentar. Pensando em termos historiográficos e na minha própria trajetória, acho que vale então destacar dois textos especificamente. Em 2005, publiquei – junto com Flávio Gomes e Carlos Eugênio Líbano Soares – o livro *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*, resultado do Prêmio de Pesquisa do Arquivo Nacional que ganhamos em 2003. Foi a primeira vez que o arquivo premiou uma obra coletiva e a história de como ele nasceu é interessante. Em 2002, fazia o mestrado em História Comparada na UFRJ e o Flávio era o meu orientador. Naquele momento, meu objeto de pesquisa continuavam sendo as “negras e negros minas”, o trabalho deles no comércio, no porto e sua participação em espaços religiosos, como casas de candomblé e de práticas islâmicas, chegando até as primeiras décadas do século XX. Mas ainda sem uma preocupação maior com as questões de gênero. Como essa era uma pesquisa que vinha fazendo desde a graduação, cheguei na qualificação com o trabalho bem adiantado, e apresentei dois capítulos da dissertação. Ao final, o Flávio e o Carlos Eugênio – que estava na banca – me convidaram para compor um livro que eles estavam fazendo sobre os africanos no Rio de Janeiro e pretendiam inscrever no prêmio do Arquivo. Foi uma grande experiência de



trabalho coletivo, com debates, colaboração nos textos, tanto que depois fizemos mais outro livro juntos, artigos... E acho importante destacar a obra, porque ela dava continuidade a um debate historiográfico mais amplo, que já incluía autores como Mariza Soares, os próprios Flávio e Eugênio; na Bahia, João Reis, Maria Inês Cortes de Oliveira, entre outros, sobre as “nações” africanas, suas reconfigurações, as trajetórias de africanas e africanos, suas agências, identidades, sem que o centro da análise fosse necessariamente a escravidão. A obra é assinada coletivamente, fizemos introdução e conclusão em conjunto, mas cada um de nós produziu dois capítulos de forma individual. E todas essas discussões também foram o ponto de partida para as pesquisas que fiz no doutorado, ainda sobre as africanas e africanos minas, mas dessa vez centrando em sua participação majoritária no principal mercado da cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Meu objetivo também foi acompanhar trajetórias individuais, coletivas e familiares, conectando trabalho, identidade, gênero, religião. Desse livro, que foi publicado pelo Arquivo da Cidade do Rio em 2015 (por conta do prêmio que ganhou), eu gostaria de ressaltar um capítulo, que acho importante não só para essa discussão mais específica, mas sobretudo em termos metodológicos, de fontes de pesquisa. Venho observando entre meus alunos, e também entre algumas autoras e pesquisadoras, uma certa desconfiança com os documentos escritos, especialmente aqueles produzidos no âmbito da igreja e do Estado, como se a partir deles não pudéssemos examinar a agência (olha ela de novo!) ou o protagonismo de mulheres e homens negros. Talvez não tenham conhecimento de uma “tradição” da historiografia social que vimos construindo desde a década de 1980. Mas ainda assim, com tanto trabalho já publicado, é possível descobrir registros novos sobre escravizadas, libertas, livres de cor. É só mais uma prova de que nem tudo foi queimado, contrariando outra ideia que ainda circula entre alunos, pesquisadoras, autoras. Trabalhei com um conjunto de fontes incríveis, e praticamente inexplorado: os processos de divórcio abertos por africanas minas no Juízo Eclesiástico do Rio de Janeiro. Como essa documentação, depositada no arquivo da Cúria Metropolitana do RJ, permaneceu durante muito tempo interdita para a pesquisa, quem sabe por isso o pouco interesse. Mas é bom dizer que, só na Cúria do Rio, existem mais de 1500 ações desse tipo, abertas principalmente pelas mulheres, de cores e condições sociais diversas. Embora esses divórcios só fossem aceitos em casos de sevícias (violências) e adultério, os casais, suas testemunhas (sobretudo, amigos, parentes e vizinhos) falavam de muitos aspectos de suas vidas, no caso dos africanos e africanas, sobre as relações no trabalho, nos processos de alforria, questões de sexualidade, violência contra as mulheres, autonomia feminina. Não



sei mensurar em que medida essa análise impactou – ou tem impactado – outros estudos na área, mas destaco essa parte para demonstrar como ainda há muito material e tema a serem “descobertos”, permitindo que as conexões, ou interconexões, entre gênero, raça, classe, etnicidade, casamento, e outros marcadores e categorias sociais, sejam de fato examinadas a partir de situações e vivências concretas das mulheres negras no Brasil.

Você se considera feminista? Que importância o feminismo negro teve (tem) na sua vida?

Quando se é uma mulher negra, decidida a estudar mulheres negras no período escravista e no pós-abolição, me parece quase impossível não se afirmar como uma mulher feminista e, mais ainda, como uma feminista que pensa não ser possível lutar pela igualdade de gênero, pelo fim das opressões sexistas sem também ser antirracista e anticapitalista. Mas, é claro, que agora, nesse momento da minha trajetória, sendo professora da graduação e da pós-graduação, especializada nessas temáticas, minha percepção da questão está muito mais ampliada, tanto em termos teóricos como práticos. Ainda assim, como disse logo no início, hoje, tenho consciência de que muitas atividades que fui exercendo, embora nem sempre fossem nomeadas como tal, já me vinculavam a essas discussões. Quando percorri o Brasil fazendo reportagens para a revista Nossa História, conheci coletivos de mulheres negras, líderes de grupos religiosos e comunidades quilombolas e, através dessas matérias, pude entrevistá-las, divulgar seus trabalhos, movimentos. Estávamos no início dos anos 2000, em que o poder e o alcance das mídias digitais e das redes sociais ainda engatinhavam. No mesmo período, também pude trabalhar como pesquisadora e editora de textos numa ONG feminista, no projeto Mulheres negras do Brasil, coordenado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil. Mais uma vez então, através da escrita, para um público mais amplo e também escolar. Desde que comecei a dar aulas na universidade, a partir de 2012, o contato constante com alunas e alunos negros, e em tempos mais recentes, africanas e africanos, também só tornou tudo mais rico e complexo. Além de ter uma preparação teórica e bibliográfica cada vez maior – e novamente, cito aqui o importante esforço recente de tradução e publicação de textos clássicos do feminismo negro – essas novas atividades docentes têm sido igualmente fundamentais para repensar minha própria identidade, minhas ações, ativismo. E para complementar, vale ainda citar minha experiência recente nas viagens durante a pesquisa do pós-doutorado. Novamente, pensando em termos mais teóricos – a exemplo do que já mencionei sobre as pesquisas e



debates sobre relações de gênero e histórias das mulheres no Senegal e na Nigéria, por exemplo, ou dos feminismos africanos, mas também sobre os significados de raça e gênero em diferentes países (na França, nem se pode, por exemplo, mencionar a raça!), e como me inseri e fui inserida nesses contextos.

Qual obra publicada nos últimos anos, sobre Histórias de mulheres negras no pós-abolição, te impactou e você recomendaria?

Pensei muito em qual obra indicar. Se levar em conta a produção historiográfica recente, e mais acadêmica, temos muita coisa boa sendo feita nos programas de pós-graduação pelo Brasil, mas que ainda não chegou a ser publicada. Há também muita literatura escrita por mulheres negras, especialmente africanas, sendo traduzida e lançada aqui. Além da Chimamanda, mais conhecida, temos os livros das nigerianas Buche Emecheta, Ayòbámi Adebáyó, da camaronesa Leónora Miano...Para ficar então no Brasil e numa obra menos divulgada nas redes ou na imprensa, cito *Primavera para as rosas negras*, que reúne artigos, entrevistas, depoimentos e ensaios escritos por Lélia Gonzalez entre as décadas de 1970 e 1980. Organizada postumamente, foi lançada de forma independente em 2018, pela editora Filhos da África, da União dos Coletivos Pan-africanistas. Como já havia mencionado anteriormente, para além das casas editoriais maiores, que vêm publicando obras importantes, sobretudo das feministas negras norte-americanas, como Ângela Davis e Patrícia Hill Collins, acho essencial destacar aqui o trabalho feito por diferentes coletivos feministas e, da mesma forma, reafirmar que nossos passos vêm, de fato, de longe. Em tempos de ativismos mobilizados sobretudo pelas redes sociais, de discursos muitas vezes “apressados” e obras que se querem mais como divulgação individual do que expressão de um pensamento coletivo, precisamos reconhecer os processos e os fazeres históricos e políticos das mulheres negras brasileiras e afro-diaspóricas. Nossas mais velhas já tinham inventado a roda há mais muito tempo do que se vem anunciando por aí. É sempre bom lembrar também que, antes mesmo da norte-americana Kimberlé Crenshaw cunhar o conceito de interseccionalidade, ou feminismo interseccional, no início dos anos 2000, a antropóloga, professora, militante e teórica pioneira Lélia Gonzalez já articulava – sem nomear dessa forma – a ideia da interconexão entre raça, gênero e classe para debater as opressões e violências sofridas por nós. Além de desenvolver um pensamento teórico negro brasileiro original, com reflexões ainda atuais, sua obra nos remete à história e às tradições do feminismo negro brasileiro, nascido na década de 1970, no interior do



movimento negro, a partir das lutas – práticas e teóricas – das próprias intelectuais negras militantes.

A escritora Conceição Evaristo sempre fala nas suas entrevistas sobre o racismo estrutural e institucional no Brasil, principalmente sobre a dificuldade de mulheres negras conseguirem ser vistas como produtoras de saber e conhecimento no mercado editorial, sobretudo na forma de premiações. Neste sentido, em que medida seus prêmios (Arquivo Nacional de Pesquisa, em 2003, e Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e o Prêmio Teses História Social 2012-USP/Capes) foram relevantes para a sua carreira?

Gostaria de destacar duas questões aqui. Para começar, trago à lembrança um trabalho que fiz no final década de 1990, início dos anos 2000, e que é até hoje bem pouco conhecido. Minha primeira pesquisa acadêmica, sobre os índios tupinambás, acabou virando minha monografia de final de curso e eu ganhei dois prêmios com ela na UERJ, um deles foi a publicação do trabalho em livro, pela editora da universidade. À época, tinha apenas 20 anos e já estava começando a pesquisar os minas. Alguns anos depois, quando finalizava o mestrado, aos 26 anos, veio o prêmio do Arquivo Nacional. Neste caso, tratava-se de um livro assinado coletivamente, incluindo dois historiadores já renomados na área. Ainda que logo na introdução fizéssemos questão de ressaltar a autoria de cada capítulo. Se posso dizer que esse prêmio me abriu muitas portas e convites, por exemplo, para trabalhar como editora-assistente na revista de História da Biblioteca Nacional, onde fiquei por longo período, ou escrever outras publicações, individualmente e também com os próprios Flávio e Eugênio, acho que o maior reconhecimento veio com as premiações da tese em 2013, pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio e pela USP, onde fiz o doutorado. Aos 36 anos, já era professora universitária e contava longo período de pesquisa e produção numa mesma temática. Ao rever agora esse percurso, reconheço que esses prêmios e as publicações foram fundamentais na minha trajetória, sobretudo para garantir minha permanência e progressão no mundo acadêmico. Mas, se quisermos olhar mais de perto para as interconexões de raça, gênero e também de geração, é possível entender porque a legitimação veio, de fato, com a publicação da tese. Por outro lado, nesse processo de revisitar esses escritos, em que volto ao texto de uma jovem estudante de graduação, também me reaproximo das palavras de Conceição Evaristo de um outro modo. Naquele primeiro momento, escrevivência era possibilidade que ainda passava longe dos textos universitários, e não por acaso, meu primeiro livro é todo na terceira pessoa e com muitos ademais e sobremaneira. Na dissertação-livro do



Arquivo Nacional, já havia uma tentativa de criar um estilo próprio, mas ainda distante de uma escrita surgida de minha experiência como mulher negra. Mesmo no doutorado, a escrevivência ainda tateava. E a própria academia se mantinha reticente a algo do tipo. Lembro que, na defesa, fui chamada atenção por ter usado o verbo “macular” para me referir ao desconforto que me causou o fato de uma rica quitandeira mina não ter alforriado sua filha depois de longos anos que ela mesma já era uma grande negociante forra. Vejam só, o uso daquele termo seria um reflexo de ter me tornado mãe havia pouco tempo. Coincidência ou não, agora, enquanto escrevo textos a partir das muitas fontes que encontrei no Senegal, também preparo um livro sobre raça e gênero, meio crônica de viagem, meio pesquisa, com minhas experiências, enquanto mulher e negra, nesse ano de pesquisa por Senegal, França e Portugal.

Para finalizar, qual a importância de se discutir o racismo e relações de gênero nas escolas?

A Resolução 1/2004 CNE/CP, complementar à lei 10639/2003 sugere uma lista de personalidades de origem africana ou descendentes a terem suas atuações estudadas, sendo $\frac{3}{4}$ delas do gênero masculino. Qual a importância de pesquisarmos e divulgarmos as Histórias de mulheres negras no pós-abolição?

Uma experiência que tive há cerca de um mês com minha turma da disciplina “Processos coloniais e a construção da modernidade” pode ser um bom ponto de partida para discutir essa questão. É uma turma do primeiro semestre do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, na UNILAB. São quase 30 alunas e alunos, praticamente todos negros, incluindo africanos e oito alunas quilombolas da região do Iguape, no município de Santo Amaro. No primeiro dia de aula, pedi para que se apresentassem, falassem um pouco sobre os temas que seriam abordados na disciplina, seus contatos com a história da África e dos afro-brasileiros, etc. Depois que a primeira aluna disse que nunca gostou de História, como que incentivados por sua opinião sincera, boa parte da turma foi, em sequência, confessando uma espécie de repulsa à História, assim de forma indeterminada. Na metade das falas, interrompi os depoimentos e, preocupada, quis saber o porquê de tanta distância, ou mesmo antipatia. As explicações mais recorrentes se relacionavam ao fato de nunca terem se visto nas histórias e temas que estudaram na escola. Afora algumas referências à escravidão e a eventos no Dia da Consciência Negra, não lembravam de terem qualquer contato com a história da África, por exemplo. E olha que estamos falando de uma região em que mais de 90% da população se declara negra ou parda. Na mesma semana, estava participando da seleção de candidatos para o mestrado em Estudos africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras, na UNEB, e numa mesma manhã, 3 mulheres (duas delas



negras e professoras da rede pública) apresentaram projetos sobre situações de racismo – vividas por elas e seus alunos – nas salas de aula de diferentes cidades da Bahia. Essas experiências, por si só, e eu poderia citar aqui outras mais, evidenciam como, apesar da implementação de leis e de todo esforço dos próprios docentes, discutir racismo e relações de gênero nas salas de aula é mais do que fundamental. Embora as pesquisas divulgadas recentemente pelo IBGE tenham revelado que alunos e alunas negras já são maioria nas universidades públicas brasileiras, mostrando o papel essencial das políticas públicas e das cotas para essa transformação, também precisamos recordar que, em alguns cursos, especialmente os das áreas de saúde e ciências exatas, essa ainda não é uma realidade no país. E aqui, mais uma vez, torna-se fundamental avaliar a questão interconectando gênero e raça. Numa pesquisa recente do CNPq, por exemplo, entre os bolsistas das Áreas de Ciências Exatas ou da Terra, 35% eram mulheres. E entre estas, as identificadas como pretas correspondiam a apenas 4% e as pardas, a 22%. Se aqui estamos falando de pesquisadoras universitárias, também podemos perceber que esse distanciamento começa lá na escola, quando as meninas negras ouvem que elas não “capazes”, não têm “aptidão” ou são inteligentes o suficiente para seguirem nessas áreas. Mais uma vez, salta aos olhos a necessidade de pesquisarmos e divulgarmos nossos trabalhos sobre mulheres negras. Seja através de publicações ou de atividades com tradições orais, saberes e histórias locais, a exemplo do que temos feitos em algumas comunidades quilombolas e com gerações de marisqueiras em São Francisco do Conde, cidade onde a Unilab está instalada. Eu gostaria de finalizar, trazendo mais uma reflexão que me parece fundamental também, sobretudo para avaliar nosso lugar nisso tudo. Como meus alunos e alunas deixaram explícito, a questão da representatividade nos parece essencial. Ao não se “encontrarem” na História do Brasil – e também nas representações e imagens constantemente evocadas e reproduzidas na sociedade brasileira – não se identificam com essa história. E isso acaba sendo determinante em suas subjetividades, na autoestima, na sua progressão educacional e profissional. Mas em que medida representatividade sem levar em conta as interações entre gênero, raça e classe importa? Quando uma aluna negra diz para mim que não veio à aula extra porque só tinha dinheiro para a passagem da aula regular, o que representa para ela, para mim e para as meninas e mulheres negras de uma maneira geral, que, agora, tem mulher negra usando bolsa Prada? Quando a gente lê Ângela Davis direitinho, a gente só confirma que não dá para ser antirracista e antissexista sem questionar “o insidioso individualismo capitalista” (título de um dos capítulos do seu livro *A liberdade é uma luta constante*). Eu quero que minhas alunas negras, africanas,



brasileiras, quilombolas, moradoras do Recôncavo ou de outras capitais se reconheçam na história do Brasil, se sintam representadas e empoderadas. Mas não consigo esquecer que a grande empresa privada que coloca uma mulher negra no seu comercial ou financia suas viagens é a mesma que torce – e até financia também – a reforma da previdência que, ao fim e ao cabo, irá prejudicar as vidas das mulheres negras, que não terão dinheiro para pagar as previdências privadas oferecidas por aquelas mesmas empresas.

